

SUMÁRIO

PARTE I

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	45
1. As relações internacionais observadas sob o prisma jurídico	45
1.1. A sociedade internacional	46
1.2. Características da sociedade internacional	46
1.3. A globalização e o sistema normativo internacional	47
2. Conceito de Direito Internacional Público	49
3. Terminologia	51
4. Objeto	52
5. Fundamento do Direito Internacional Público	53
6. O ordenamento jurídico internacional	55
6.1. Características do Direito Internacional Público	55
6.2. A cooperação internacional entre os Estados	57
6.3. A jurisdição internacional	58
6.4. A sanção no Direito Internacional Público	59
7. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado	60
8. Direito Internacional Público e Direito interno	62
8.1. Dualismo	62
8.2. Monismo	63
8.3. Outras possibilidades: a primazia da norma mais favorável	65

CAPÍTULO II

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO	67
1. Conceito	67
1.1. Fontes materiais e fontes formais	67
2. Fontes formais do Direito Internacional	68
2.1. Fontes estatutárias do Direito Internacional: o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça	69
2.1.1. O problema da hierarquia das fontes do Direito Internacional	70
2.2. Fontes extraestatutárias: as outras fontes do Direito Internacional	71
2.3. Classificação	71
3. Tratados	72
4. Costume internacional	73
5. Decisões judiciais: a jurisprudência internacional	75
6. Doutrina	76

7. Princípios gerais de direito	76
8. Princípios gerais de Direito Internacional Público	77
9. Analogia	77
10. Equidade	78
11. Atos unilaterais dos Estados	78
12. Decisões de organizações internacionais	79
13. Normas imperativas: o jus cogens	81
14. Soft law	84
15. Quadro sinótico adicional	88

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: OS TRATADOS.....	91
1. Conceito e natureza jurídica	91
2. Terminologia: espécies de tratados	93
3. Classificação	96
3.1. Número de partes	96
3.2. Procedimento de conclusão	97
3.3. Execução	98
3.4. Natureza das normas/ponto de vista material	98
3.5. Efeitos	99
3.6. Possibilidade de adesão	99
4. Evolução histórica	100
5. Condições de validade	101
5.1. Capacidade das partes: entes com capacidade para celebrar tratados	101
5.1.1. Estados	101
5.1.2. Organizações internacionais	102
5.1.3. Santa Sé, beligerantes, insurgentes, blocos regionais e Comitê Internacional da Cruz Vermelha	103
5.1.4. Acordos externos de interesse dos Estados da federação, do Distrito Federal e dos Municípios	103
5.2. Habilitação dos agentes	105
5.3. Objeto lícito e possível	106
5.4. Consentimento regular	106
5.4.1. O problema das ratificações imperfeitas	107
6. Processo de elaboração dos tratados	108
6.1. Negociação e adoção	110
6.2. Assinatura	111
6.3. Ratificação	113
6.4. Entrada em vigor no âmbito internacional	114
6.5. Registro e publicidade	117
7. Efeitos dos tratados sobre as partes e sobre terceiros	118
7.1. Entrada em vigor dos tratados: vigência contemporânea e diferida. Duração	118

7.2. A regra fundamental pacta sunt servanda e o princípio da boa-fé no Direito dos Tratados.....	120
7.3. Aplicação dos tratados no tempo: o princípio da irretroatividade	120
7.4. Aplicação dos tratados no espaço. As teorias da repercussão dos tratados sobre Estados não contratantes (reflexos dos tratados sobre terceiros)	121
8. Interpretação dos tratados.....	122
9. Adesão	123
10. Alteração dos tratados: as emendas e revisões	124
11. Reservas.....	125
12. Extinção e suspensão dos tratados.....	128
12.1. Extinção	128
12.1.1. Denúncia	130
12.1.2. Efeitos do estado de guerra e da alteração fundamental das circunstâncias sobre a vigência dos tratados (teoria da cláusula rebus sic stantibus)	135
12.2. Suspensão	136
12.3. Consequências da extinção e da suspensão dos tratados	137
13. Incorporação ao Direito interno	137
13.1. Modelos de internalização dos tratados	138
13.2. O Poder Executivo e o Poder Legislativo na elaboração do tratado.....	140
13.3. Tramitação do tratado no Brasil.....	141
13.4. A obrigatoriedade dos tratados na ordem jurídica nacional	143
14. Conflito entre o Direito Internacional Público e o Direito Nacional: os tratados em face da lei interna	145
14.1. Hierarquia dos tratados incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro	146
14.2. Hierarquia dos tratados de direitos humanos no Direito interno brasileiro.....	149
14.3. Hierarquia dos tratados de Direito Tributário no Direito interno brasileiro.....	155
14.4. O controle de convencionalidade dos tratados de direitos humanos no Direito interno brasileiro	156
15. Quadros sinóticos adicionais.....	160

CAPÍTULO IV

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO	163
1. Personalidade internacional	163
2. O Estado	165
3. Organizações internacionais.....	165
4. Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano.....	166
4.1. Ordem Soberana e Militar de Malta	167
5. O indivíduo.....	168
6. As organizações não governamentais (ONGs).....	169
7. As empresas	169
8. Beligerantes, insurgentes e nações em luta pela soberania	170
9. Os blocos regionais	171
10. Quadros sinóticos	172

CAPÍTULO V

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO.

IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO.....	173
1. Conceito.....	173
2. Elementos constitutivos: território, povo e governo soberano.....	174
2.1. Breve nota acerca da representação do Estado brasileiro nas relações internacionais....	176
3. Os microestados	177
4. Surgimento dos Estados.....	178
5. Reconhecimento de Estado e de governo	179
6. Direitos e deveres fundamentais dos Estados.....	183
6.1. Doutrina Drago.....	185
7. Extinção e sucessão de Estados.....	186
7.1. Convenção de Viena sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, de 1978...	187
7.2. Sucessão de bens, dívidas e arquivos.....	188
8. O território.....	190
8.1. Conceito.....	190
8.2. Aquisição e perda.....	191
8.3. Fronteiras	192
8.4. Jurisdição territorial: direitos territoriais de jurisdição. Imperium e dominium	192
9. Imunidade de jurisdição	193
9.1. Imunidade do Estado estrangeiro no processo de conhecimento (imunidade à jurisdição cognitiva).....	194
9.1.1. Visão antiga: par in parem non habet judicium/imperium	195
9.1.2. Visão atual: atos de império e atos de gestão. Teoria da imunidade relativa, limitada ou restrita.....	196
9.2. Imunidade do Estado estrangeiro no processo de execução (imunidade de execução).	202
9.3. Imunidade das organizações internacionais.....	205
9.3.1. A jurisprudência brasileira e o tema da imunidade das organizações internacionais.....	206
9.4. Estados estrangeiros e organizações internacionais como autores no Judiciário de outro Estado.....	210
9.5. Competência para o exame de litígio envolvendo pessoas jurídicas de Direito Público externo no Brasil.....	210

CAPÍTULO VI

ÓRGÃOS DO ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	213
1. Órgãos do Estado nas relações internacionais.....	213
1.1. Noções gerais.....	213
1.2. Os órgãos do Estado nas relações internacionais.....	214
1.2.1. Chefe de Estado	214
1.2.2. Chefe de Governo	218
1.2.3. Ministro das Relações Exteriores	218
1.2.4. Agentes diplomáticos	219

1.2.5	Agentes consulares.....	223
1.2.6.	As missões especiais.....	229
2.	Privilégios e imunidades.....	229
2.1.	Noções gerais.....	229
2.2.	Privilégios e imunidades diplomáticas.....	233
2.3.	Privilégios e imunidades consulares.....	236
3.	Princípios relativos às relações internacionais do Brasil.....	238
4.	A LEI DE MIGRAÇÃO E O EMIGRANTE BRASILEIRO	240
5.	Quadros sinóticos adicionais.....	241

CAPÍTULO VII

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

		245
1.	Teoria geral.....	245
1.1.	Conceito e natureza jurídica	246
1.2.	Personalidade jurídica.....	248
1.3.	Elementos essenciais e características.....	249
1.4.	Espécies	251
1.5.	Informações adicionais: admissão e saída de Estados membros; sede; representação internacional; financiamento; recursos humanos.....	252
2.	Organização das Nações Unidas (ONU).....	255
2.1.	Histórico	255
2.2.	Objetivos e princípios.....	256
2.3.	Órgãos.....	259
2.3.1.	Assembleia Geral.....	259
2.3.2.	Conselho de Segurança	260
2.3.3.	Secretaria Geral	262
2.3.4.	Outros	263
2.4.	Organismos especializados do Sistema das Nações Unidas. Organizações relacionadas. Organismos que não fazem parte do Sistema das Nações Unidas.....	264
2.5.	Funcionamento do mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas.....	268
2.5.1.	A Iniciativa R2P (Responsibility to Protect – Responsabilidade de Proteger)	270
3.	As organizações regionais	271
3.1.	Organização dos Estados Americanos – OEA	271
3.1.1.	Carta Democrática Interamericana.....	272

CAPÍTULO VIII

NACIONALIDADE.....

1.	Nacionalidade.....	277
1.1.	Conceito.....	277
1.2.	A nacionalidade e o Direito Internacional: princípios gerais	278
1.3.	Conflitos de nacionalidade: polipatridia e apatridia	280
1.3.1.	Polipatridia	280

1.3.2. Apatridia	281
1.3.3. Notas acerca da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas	284
1.4. Nacionalidade: tipos e critérios de aquisição	286
1.4.1. Nacionalidade primária ou originária: jus solis e jus sanguinis	287
1.4.2. Nacionalidade secundária ou adquirida. Naturalização. Outros critérios.....	287
2. Nacionalidade brasileira originária	289
2.1. Aquisição.....	289
2.2. A Justiça Federal nas causas referentes à nacionalidade brasileira	290
2.3. Breves notas acerca da opção de nacionalidade brasileira.....	291
3. Naturalização no Brasil.....	292
3.1. Aquisição da nacionalidade secundária brasileira: condições.....	292
3.2. A Justiça Federal e o processo de naturalização.....	299
3.3. A condição jurídica do naturalizado.....	299
4. Mudança, perda e reaquisição	301
5. Nacionalidade de pessoas jurídicas	304

CAPÍTULO IX

DIREITO MIGRATÓRIO: A CONDIÇÃO JURÍDICA DO NÃO NACIONAL	307
1. Introdução.....	307
1.1. Terminologia	309
2. Entrada e permanência no exterior.....	310
2.1. Admissão do estrangeiro	310
2.2. Títulos de ingresso.....	311
2.2.1. Documentos de viagem.....	311
2.2.2. Vistos.....	313
2.2.3. Do registro e da identificação civil do imigrante e dos detentores de vistos diplomático, oficial e de cortesia.....	322
2.2.4. Autorização de residência	323
2.2.5. Reunião familiar.....	327
3. Impedimento, repatriação e deportação	328
3.1. Impedimento e repatriação	330
3.2. Deportação.....	333
3.3. Da fiscalização marítima, aeroportuária e de fronteiras	337
4. Expulsão.....	338
4.1. Hipóteses legais de inexpulsabilidade. A expulsão e o artigo 55, inciso II, da Lei de Migração. Breve histórico no Estatuto do Estrangeiro e quadro atual.....	345
5. Extradicação	350
5.1. Noções gerais.....	351
5.2. Fundamento da extradicação.....	355
5.3. Do exame do pedido de extradicação: requisitos pertinentes	357
5.3.1. Princípio da identidade	359
5.3.2. Princípio da especialidade	365

5.4. Extradicação e crimes políticos.....	366
5.5. Extradicação de nacionais	368
5.6. Outras condições para o deferimento da extradicação no Brasil.....	370
5.7. Da competência para a concessão da extradicação no Brasil e do processo extradicional	374
5.8. Da entrega do extraditado.....	385
5.9. Extradicação simplificada ou voluntária	388
6. Entrega ao Tribunal Penal Internacional (TPI)	389
7. Asilo e refúgio.....	390
7.1. O asilo.....	391
7.2. O refúgio.....	395
8. Direitos dos migrantes, visitantes e demais não nacionais na constituição federal. princípios e diretrizes da política migratória brasileira. direitos dos migrantes, visitantes e demais não nacionais na lei de migração.....	397
8.1. Condição jurídica do não nacional na Constituição Federal.....	398
8.2. Princípios e diretrizes da política migratória brasileira.....	403
8.3. Direitos e deveres do estrangeiro na Lei de Migração	409
9. A apatridia na lei de migração	412
10. Os residentes fronteiriços.....	414
11. Infrações e penalidades administrativas na lei de migração	416
12. O Estatuto da Igualdade Brasil-Portugal	418
13. a lei 13.684/18: medidas especiais de assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.....	421
14. Quadros sinóticos adicionais.....	423

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL.....	425
1. Conceito e fundamento	425
2. Características e classificação.....	428
3. Elementos essenciais	429
3.1. Ato ilícito	429
3.2. Imputabilidade	430
3.3. Dano	430
4. Responsabilidade por atos lícitos.....	430
5. Abuso de direito	431
6. Responsabilidade por atos do Estado, de funcionários e de revolucionários.....	432
7. Atos que excluem ou atenuam a responsabilidade internacional	433
8. Proteção diplomática	435
9. Dano e sua reparação.....	437
10. Esboço de Artigos sobre a Responsabilidade de Estados por Atos Ilícitos Internacionais.....	438

CAPÍTULO XI

DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO	443
1. Conceito.....	443
2. Ordem econômica internacional: conceito e características	444

3. Aspectos gerais do Direito Internacional Econômico	446
4. Principais organizações internacionais de Direito Internacional Econômico	448
4.1. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	449
4.2. Fundo Monetário Internacional (FMI)	450
4.3. Banco Mundial (BIRD)	451
4.4. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	452
4.5. ONU e UNCTAD	453
5. O BRICS	454
6. Quadros sinóticos adicionais	456

CAPÍTULO XII

DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	457
1. Noções gerais	457
2. O sistema multilateral de comércio: a Organização Mundial do Comércio (OMC)	457
2.1. Histórico: o GATT	458
2.2. Funções	459
2.3. Princípios	460
2.4. Estrutura institucional e funcionamento	463
2.5. Solução de controvérsias	463
3. Principais acordos comerciais	466
3.1. Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT-1994)	466
3.2. Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS)	467
3.3. Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS)	469
3.4. Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS)	471
3.5. Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS)	472
3.6. Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT)	473
4. Quadros sinóticos adicionais	474

CAPÍTULO XIII

DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE	477
1. Noções gerais	477
1.1. Princípios do Direito Internacional Ambiental	478
2. Histórico	479
3. Normas gerais do Direito Internacional do Meio Ambiente	480
3.1. Declaração de Estocolmo de 1972	481
3.2. Declaração do Rio de 1992	482
3.3. Agenda 21	483
3.4. Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	484
4. Regulação de temas específicos no Direito Internacional do Meio Ambiente	501
4.1. Proteção da fauna, da flora e das florestas	501
4.2. Proteção do solo e desertificação	503
4.3. Antártida	504

4.4. Alimentos transgênicos e organismos geneticamente modificados: o Protocolo de Cartagena	505
4.5. Combate ao aquecimento global e à poluição atmosférica. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Protocolo de Quioto. Acordo de Paris. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio.....	506
4.6. Poluição do mar e pesca.....	509
5. Direitos humanos e o meio ambiente.....	510
6. Comércio internacional e meio ambiente.....	513
7. A responsabilidade internacional por danos ao meio ambiente e a reparação do dano ecológico.....	514
8. Quadros sinóticos adicionais.....	515

CAPÍTULO XIV

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	517
1. Noções gerais.....	517
2. Evolução histórica.....	518
3. Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	519
3.1. Histórico	519
3.2. Noções gerais.....	520
3.3. Estrutura e composição dos órgãos da OIT.....	524
3.3.1. Conferência Internacional do Trabalho e conferências regionais	524
3.3.2. Conselho de Administração.....	525
3.3.3. Repartição Internacional do Trabalho.....	526
4. Aplicação das normas de Direito Internacional do Trabalho.....	527
4.1. Procedimentos contenciosos: reclamação e queixa.....	527
4.2. Comissão de Peritos.....	528
4.3. Comitê de Liberdade Sindical.....	530
5. Convenções e recomendações da OIT e sua aplicação no Brasil	531
6. Convenções internacionais sobre temas de interesse prioritário da OIT	535
6.1. Liberdade sindical e negociação coletiva.....	535
6.2. Trabalhos forçados.....	541
6.3. Discriminação em matéria de emprego e ocupação	543
6.4. Meio ambiente de trabalho seguro e saudável.....	545
7. Convenções internacionais sobre temas de interesse prioritário da OIT - Normas internacionais de proteção da criança e do adolescente no trabalho.....	547
7.1. A proteção da criança e do adolescente no trabalho nos tratados de direitos humanos....	547
7.2. Convenção 138 e Recomendação 146 sobre a Idade Mínima para Admissão no Emprego.....	548
7.3. Convenção 182 e Recomendação 190 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil	551
8. Aplicação da lei trabalhista estrangeira: os princípios da <i>lex loci executionis</i> e do <i>locus regit actum</i> . A Lei 7.064/82. A extinção da Súmula 207. O princípio da norma mais favorável ao trabalhador	554
8.1. Regime de trabalho dos brasileiros contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior (Lei 7.064/82)	556

8.2. Regime de trabalho de estrangeiros contratados no exterior para prestar serviços no Brasil	558
8.3. Lei aplicável às relações de trabalho marítimo em rotas internacionais	559
9. Competência da Justiça do Trabalho na área internacional	564
10. Organização Mundial do Comércio (OMC) e trabalho	565
10.1. Padrões trabalhistas mínimos	566
10.2. Dumping social	566
10.3. Cláusula social	567
10.4. Selo social	568
11. Livre circulação de trabalhadores: União Europeia e MERCOSUL	569
11.1. União Europeia	569
11.2. MERCOSUL	570
12. Quadros sinóticos adicionais	572

CAPÍTULO XV

DIREITO INTERNACIONAL PENAL: O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.	
DIREITO PENAL INTERNACIONAL: COOPERAÇÃO JURÍDICA	
INTERNACIONAL NO CAMPO PENAL. O COMBATE AO TERRORISMO NO	
DIREITO INTERNACIONAL	575
1. Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional	575
1.1. Direito Internacional Penal	575
1.1.1. Conceito de crimes internacionais e sua evolução histórica	575
1.2. Direito Penal Internacional: a cooperação penal internacional	576
2. O Tribunal Penal Internacional (TPI)	577
2.1. Noções gerais	577
2.2. Estrutura	579
2.3. Estatuto de Roma: princípios	581
2.4. Competência <i>rationae materiae</i> do Tribunal Penal Internacional: crimes da competência do TPI	584
2.4.1. Crimes de guerra	584
2.4.2. Crimes contra a humanidade	585
2.4.3. Agressão	586
2.4.4. Genocídio	586
2.5. Competência <i>rationae loci</i> , <i>rationae personae</i> e <i>rationae temporis</i> do Tribunal Penal Internacional	587
2.6. Persecução dos crimes de guerra: normas processuais	588
2.7. Decisões e sua natureza	590
2.8. Penas	590
2.9. O Tribunal Penal Internacional e o Brasil	592
3. Cooperação internacional em matéria penal (Direito Penal Internacional)	596
3.1. Tratados multilaterais em matéria de cooperação penal e processual penal	599
3.1.1. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida)	600

3.1.2.	Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo)	601
3.1.3.	Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.....	606
3.1.4.	Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições	607
3.1.5.	Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.....	608
3.1.6.	Convenções e tratados relativos ao processo penal	609
3.2.	Tratados bilaterais em matéria de cooperação penal e processual penal	609
3.3.	Lei 12.846/2013.....	610
4.	Transferência de presos	612
4.1.	Transferência de presos nos tratados.....	612
4.2.	Transferência de pessoa condenada	615
4.3.	Transferência de execução da pena	615
5.	Cooperação internacional no campo penal e arcabouço institucional: autoridades centrais e redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público. O auxílio direto.....	620
5.1.	Autoridades centrais	620
5.2.	Redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público	622
5.2.1.	IberRED	623
5.2.2.	Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Judiciária da CPLP).....	624
5.2.3.	Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e de Extradicação	625
5.3.	Carta rogatória e auxílio direto	626
5.4.	A homologação de sentenças penais	633
6.	Combate ao terrorismo.....	635
6.1.	Resolução 1.373 do Conselho de Segurança da ONU	635
6.2.	Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas....	637
6.3.	Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo.....	640
6.4.	Convenção Interamericana contra o Terrorismo.....	643
7.	Quadros adicionais	646

CAPÍTULO XVI

DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL E PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE

651

1.	A disciplina dos espaços internacionais	651
2.	Direito do mar, dos rios e das águas interiores. A navegação marítima.....	652
2.1.	Mar territorial.....	654
2.2.	Zona contígua	656
2.3.	Plataforma continental e fundos marinhos.....	656
2.4.	Zona econômica exclusiva.....	657

2.5. Alto mar	658
2.6. Direito Internacional da Navegação Marítima	658
2.7. Rios internacionais	659
2.8. Águas interiores	660
3. Zonas polares.....	660
4. O espaço aéreo: o Direito Internacional da Navegação Aérea	661
4.1. O espaço aéreo: princípios elementares	662
4.2. Normas convencionais em matéria de aviação civil	663
4.2.1. Nacionalidade das aeronaves	669
4.2.2. Tráfego aéreo.....	670
5. O espaço extra-atmosférico	671
6. competência das autoridades judiciárias brasileiras no tocante ao domínio público internacional.....	672
7. Patrimônio comum da humanidade.....	673
8. Quadros sinóticos	675

CAPÍTULO XVII

SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

1. Controvérsias internacionais	679
1.1. Mecanismos de solução de controvérsias internacionais: características	679
2. Meios de solução de controvérsias: o artigo 33 da Carta da ONU.....	680
3. Meios diplomáticos e políticos.....	681
3.1. Negociação	682
3.2. Inquérito	682
3.3. Consultas.....	683
3.4. Bons ofícios	683
3.5. Mediação.....	683
3.6. Conciliação.....	684
4. Meios semijudiciais: a arbitragem internacional	684
4.1. Noções gerais: os árbitros, o processo e o laudo arbitral.....	684
5. Meios judiciais.....	686
5.1. Corte Internacional de Justiça.....	687
5.2. Outros tribunais	693
6. Meios coercitivos	694
7. Quadros sinóticos adicionais.....	695

CAPÍTULO XVIII

DIREITO DE GUERRA E NEUTRALIDADE

1. A guerra.....	697
2. Noções gerais. Jus ad bellum e Jus in bello	698
3. A proscrição da guerra. Mecanismos de segurança coletiva e de manutenção da paz.....	699
4. Normas aplicáveis aos conflitos armados.....	701
4.1. Tratados referentes ao emprego de armas de alto potencial destrutivo	703

4.2. O Tribunal Penal Internacional (TPI) e a guerra	703
5. Neutralidade.....	704
6. Quadro sinótico adicional.....	705

PARTE II

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	707
---	------------

CAPÍTULO I

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	709
---	------------

1. Conceito e características	709
2. Objeto	711
3. Denominação	712
4. Fontes.....	712
4.1. Lei.....	713
4.2. Tratados.....	714
4.3. A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado	715
5. Diferenças em relação ao Direito Internacional Público	716

CAPÍTULO II

APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO: CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO E A NORMA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	719
---	------------

1. Introdução: a problemática dos conflitos de leis no espaço.....	719
2. Histórico	720
3. A norma de Direito Internacional Privado e sua estrutura.....	722
4. Regras de conexão: os objetos de conexão e elementos de conexão	722
4.1. Elementos de conexão: tipos	723
4.1.1. Estatuto pessoal: o domicílio (<i>lex domicilii</i>)	724
4.1.2. Estatuto pessoal: a nacionalidade.....	725
4.1.3. <i>Lex fori</i>	726
4.1.4. <i>Lex rei sitae</i>	726
4.1.5. <i>Lex loci delicti commissi</i>	727
4.1.6. <i>Lex loci executionis/lex loci solutionis</i>	727
4.1.7. <i>Locus regit actum/lex loci contractus/lugar de constituição da obrigação.....</i>	728
4.1.8. Autonomia da vontade.....	729
4.1.9. Outros elementos.....	731
4.1.10. Breve nota acerca da constituição de pessoas jurídicas.....	731
4.1.11. Breve nota acerca do exercício do direito de propriedade no Brasil por parte de Estados estrangeiros.....	731
4.1.12. Soberania digital	731
5. Institutos básicos do Direito Internacional Privado	733
5.1. Qualificação	733
5.2. Ordem pública	734
5.3. Reenvio	735

5.4. Direito adquirido.....	736
5.5. Aplicação da norma estrangeira.....	736
6. Quadros sinóticos adicionais.....	737

CAPÍTULO III

APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL 739

1. Noções gerais.....	739
2. Aplicação do Direito estrangeiro	739
2.1. Verificação e prova do conteúdo do Direito estrangeiro	740
2.2. Interpretação do Direito estrangeiro e sua incidência no caso concreto	743
2.3. Exceções à aplicação do Direito estrangeiro.....	745
3. Competência internacional.....	746
3.1. Noções gerais e princípios básicos.....	747
3.2. Competência da autoridade judiciária brasileira no plano internacional.....	751
3.2.1. Competência concorrente no CPC 1973.....	752
3.2.2. Competência exclusiva no CPC 1973	753
3.2.3. A competência internacional nos tratados	754
3.2.4. A competência internacional no CPC 2015	755
4. Litispendência internacional.....	758
5. A cláusula de eleição de foro estrangeiro	760
6. A prova de fatos ocorridos no exterior.....	761
7. Quadro sinótico adicional.....	762

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO CÍVEL 763

1. Noções gerais.....	763
1.1. A cooperação jurídica internacional e o Brasil.....	765
1.2. Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (“Convenção da Apostila”).....	768
2. Cartas rogatórias.....	771
2.1. Cartas rogatórias no Brasil	772
2.1.1. Rogatórias enviadas pelo Brasil – rogatórias ativas	772
2.1.2. Rogatórias recebidas pelo Brasil – rogatórias passivas.....	776
2.1.3. Normas relativas às rogatórias nos tratados.....	785
3. Regime das provas	786
3.1. A Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial	787
4. Cooperação internacional no campo cível e arcabouço institucional atual: autoridades centrais e redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público	789
4.1. Autoridades centrais	789

4.2. Redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público.....	791
4.2.1. IberRED – Rede Iberoamericana de Cooperação Judiciária.....	791
4.2.2. Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Judiciária da CPLP).....	793
5. Auxílio direto.....	793
6. Quadros sinóticos adicionais.....	798

CAPÍTULO V

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO CÍVEL:

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS..... 803

1. Noções gerais.....	803
2. A homologação da sentença estrangeira no Brasil.....	806
2.1. Competência.....	806
2.2. Condições para a homologação de uma sentença estrangeira no Brasil.....	807
2.3. Processo.....	822
2.4. A homologação de sentenças penais para efeitos civis.....	825
2.5. A homologação nos tratados.....	827
3. Sentenças proferidas por tribunais internacionais.....	828
4. Quadros sinóticos adicionais.....	830

CAPÍTULO VI

A ARBITRAGEM NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO..... 835

1. Noções gerais de arbitragem.....	835
2. A arbitragem e a lei brasileira: O CPC 2015 e a Lei 9.307/96.....	838
3. A arbitragem nos tratados.....	845
3.1. A arbitragem nos tratados de alcance global.....	845
3.1.1. Protocolo relativo a Cláusulas de Arbitragem (Protocolo de Genebra).....	845
3.1.2. Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque).....	846
3.2. A arbitragem nas Américas.....	847
3.2.1. Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional (Convenção do Panamá).....	847
3.2.2. Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (Convenção de Montevideu).....	848
3.3. A arbitragem no MERCOSUL.....	848
3.3.1. Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do MERCOSUL (Acordo de Buenos Aires).....	848
3.3.2. Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas).....	850
4. A homologação de laudos arbitrais estrangeiros no Direito interno brasileiro.....	851
4.1. A homologação de laudos arbitrais estrangeiros no CPC 2015 e na Lei 13.129/2015....	855
5. Quadro sinótico adicional.....	855

CAPÍTULO VII

DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	857
1. O casamento no Direito Internacional Privado	857
1.1. A celebração do casamento de estrangeiros no Brasil e de brasileiros no exterior.....	857
1.1.1. O casamento consular. O divórcio consular.....	858
1.1.2. Do registro no Brasil do casamento celebrado no exterior.....	859
1.1.3. O divórcio consular.....	861
1.2. A constância e o fim do casamento no Direito Internacional Privado: normas aplicáveis	862
1.2.1. Normas aplicáveis ao divórcio. A homologação de divórcio decretado no exterior.....	863
1.2.2. Outros temas relevantes.....	865
2. A prestação transnacional de alimentos	866
2.1. Convenção de Nova Iorque sobre Cobrança de Alimentos no Estrangeiro	866
2.2. Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar (Convenção de Montevideú)	869
2.3. Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família.....	871
2.4. Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos	879
3. Adoção internacional.....	881
4. Sequestro internacional de crianças: a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia)	884
4.1. A Resolução 449 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	895
4.2. Notas acerca da competência para examinar ação de guarda relativa a criança trazida para o Brasil por genitor(a) brasileiro(a).....	899
4.3. Notas acerca da aplicação da Convenção da Haia a aspectos relativos ao direito de visitas	901
5. Quadros sinóticos adicionais.....	902

PARTE III

DIREITOS HUMANOS	905
-------------------------------	------------

CAPÍTULO I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	907
1. Conceito e informações gerais.....	907
2. Fundamento.....	908
3. Características.....	908
3.1. Universalidade.....	909
3.2. Inerência.....	909
3.3. Transnacionalidade.....	909
3.4. Historicidade e proibição do retrocesso.....	909
3.5. Indisponibilidade, inalienabilidade e irrenunciabilidade.....	909
3.6. Imprescritibilidade.....	909
3.7. Indivisibilidade, interdependência e complementariedade.....	912

3.8. Primazia da norma mais favorável	912
3.9. Caráter não exaustivo das listas de fatores de discriminação	914
4. Fontes.....	915
5. Evolução histórica.....	916
6. Classificação dos direitos humanos	918
6.1. Classificação tradicional: as gerações dos direitos humanos	919
6.2. Classificação conforme o Direito Internacional dos Direitos Humanos: as dimensões dos direitos humanos.....	921
7. Os direitos humanos como princípios gerais de Direito e como norma. Força vinculante dos direitos humanos. Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos.....	922

CAPÍTULO II

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS 925

1. Conceitos básicos.....	925
2. Evolução histórica.....	925
2.1. Antecedentes	926
2.2. A II Guerra Mundial e o surgimento da ONU	927
3. A internacionalização dos direitos humanos: fundamentos da proteção internacional dos direitos humanos	929
3.1. A relativização do conceito de soberania nacional absoluta.....	929
3.2. Mudança do papel do indivíduo no cenário internacional.....	930
4. Fontes do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Natureza jurídica dos tratados de direitos humanos	931
5. Características do Direito Internacional dos Direitos Humanos	931
5.1. Universalidade e transnacionalidade.....	931
5.1.1. Breves notas acerca da controvérsia entre o universalismo e o relativismo cultural	932
5.2. Possibilidade de monitoramento internacional.....	934
5.3. Possibilidade de responsabilização internacional.....	934
5.4. Papel primordial dos Estados e subsidiariedade do sistema de proteção internacional dos direitos humanos. O esgotamento dos recursos internos.....	934
6. A aplicação dos tratados de direitos humanos em Estados federais	936
7. As reservas em tratados de direitos humanos	937
8. Os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos	937

CAPÍTULO III

SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (ONU)..... 939

1. Sistema global de direitos humanos e seus principais tratados	939
1.1. Carta das Nações Unidas (Carta da ONU)	940
1.2. Declaração Universal dos Direitos Humanos	940
1.3. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	945
1.3.1. Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos com vista à Abolição da Pena de Morte.....	951
1.4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	952

1.5. Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.....	954
1.6. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial	955
1.7. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Convenção CEDAW)	958
1.8. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	960
1.9. Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos.....	962
1.9.1. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados	966
1.9.2. Regras Mínimas da ONU para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing), Regras Mínimas da ONU para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Diretrizes de Riade) e Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil.....	967
1.10. Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)	968
1.11. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela)	970
1.12. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças	974
1.13. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo	976
1.14. Direitos humanos e povos originários	982
1.14.1. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.....	983
1.14.2. Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.....	986
1.15. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados	989
1.16. Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso	994
1.17. Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias.....	997
2. Mecanismos internacionais de monitoramento e proteção dos direitos humanos no sistema global: órgãos e instrumentos específicos.....	998
2.1. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR)	998
2.2. Conselho de Direitos Humanos (UNHRC/CDH)	999
2.3. Órgãos de tratados.....	1001
2.3.1. Comitê de Direitos Humanos e Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Civis e Políticos.....	1002
2.3.2. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	1004
2.3.3. Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (CERD/CEDR).....	1009

2.3.4. Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Comitê CE-DAW)	1010
2.3.5. Comitê para os Direitos da Criança (CRC)	1012
2.3.6. Comitê contra a Tortura (CAT) e Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. O Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	1015
2.3.7. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) e Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	1017
2.3.8. Comitê contra Desaparecimentos Forçados	1018
2.4. Órgãos jurisdicionais	1020
3. Quadros sinóticos	1021

CAPÍTULO IV

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 1027

1. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.....	1027
1.1. O sistema interamericano	1027
2. Sistema interamericano de Direitos Humanos e seus principais tratados	1027
2.1. Carta da OEA e Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	1028
2.2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José).....	1028
2.2.1. Protocolo de São Salvador (Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)	1039
2.3. Outros tratados do sistema interamericano	1041
2.3.1. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	1043
2.3.2. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala).....	1044
2.3.3. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.....	1045
2.3.4. Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Convenção da Guatemala)	1048
3. Mecanismos de proteção do sistema interamericano	1053
3.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	1054
3.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos	1061
3.2.1. Principais casos envolvendo o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos	1067

CAPÍTULO V

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA: ÁREAS ESPECÍFICAS... 1077

1. Direito Internacional Humanitário	1077
1.1. Histórico e principais convenções internacionais na matéria	1077
1.2. Noções gerais.....	1079

1.2.1. Princípios do Direito Humanitário.....	1080
1.3. Pessoal protegido	1082
1.4. Principais normas	1082
1.5. A aplicação do Direito Humanitário. Papel da ONU e da Cruz Vermelha. Outros órgãos	1083
1.5.1. O Movimento da Cruz Vermelha	1084
2. Direito Internacional dos Refugiados.....	1086
2.1. Noções gerais.....	1087
2.2. Normas internacionais de proteção aos refugiados. O princípio do <i>non-refoulement</i>	1088
2.3. Normas brasileiras de proteção aos refugiados: a Lei 9.474/97. Papel da Lei 13.445/17 (Lei de Migração) na proteção dos refugiados	1092
2.4. Normas brasileiras de proteção aos refugiados: o Decreto 9.277/18	1098
3. Quadros sinóticos	1099

CAPÍTULO VI

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	1103
1. O princípio da primazia dos direitos humanos nas relações internacionais	1103
2. Incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro: processo legislativo de incorporação.....	1105
3. A aplicabilidade imediata das normas de tratados de direitos humanos	1108
4. Posição hierárquica dos tratados de direitos humanos e conflito com as normas internas.....	1112
4.1. Posição hierárquica dos tratados de direitos humanos aprovados fora do marco estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal.....	1113
4.1.1. Introdução: informações gerais acerca dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil	1114
4.1.2. Da promulgação da Constituição Federal de 1988 até 2007: época em que os tratados de direitos humanos eram equiparados à lei ordinária	1116
4.1.3. A suprallegalidade: atual entendimento majoritário.....	1118
4.1.4. Outros entendimentos: o caráter materialmente constitucional de todas as normas internacionais de direitos humanos e o princípio da primazia da norma mais favorável.....	1120
4.2. Tratados de direitos humanos celebrados nos termos do § 3º do artigo 5º da Constituição Federal.....	1122
5. o controle de convencionalidade	1124
6. Aplicação do princípio da primazia da norma mais favorável à pessoa humana no Direito brasileiro.....	1128
7. A denúncia de tratados de direitos humanos em face do Direito brasileiro	1131
8. A execução de decisões de tribunais internacionais de direitos humanos NO BRASIL	1135
8.1. As UMFs – Unidades de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano	1137
9. As normas do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) em face da Constituição Federal.....	1138

10. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC): a intervenção da Justiça Federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos	1141
11. O papel da Defensoria Pública em postulações de indivíduos que vivem no Brasil junto aos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos. Os Defensores Públicos Interamericanos	1147
12. Quadros sinóticos adicionais.....	1148

PARTE IV

DIREITO COMUNITÁRIO (DIREITO DO MERCOSUL E DA UNIÃO EUROPEIA)....	1151
--	-------------

CAPÍTULO I

NOÇÕES DE DIREITO DA INTEGRAÇÃO E DE DIREITO COMUNITÁRIO.....	1153
--	-------------

1. Introdução.....	1153
1.1. Noções gerais: integração econômica e formação de blocos econômicos.....	1153
1.2. Estágios da integração regional	1155
1.3. Direito da Integração	1156
2. Direito Comunitário.....	1157
2.1. Conceito.....	1157
2.2. Fontes.....	1159
2.3. Princípios	1159
2.3.1. Princípio da integração.....	1159
2.3.2. Aplicabilidade direta (imediate) e efeito direto	1160
2.3.3. Primazia	1160
2.3.4. Aplicação uniforme e harmonização	1161
2.3.5. Subsidiariedade	1161
3. Diferenças entre o Direito Comunitário e o Direito da Integração.....	1162

CAPÍTULO II

PRINCIPAIS BLOCOS REGIONAIS DE INTERESSE PARA O BRASIL:	1165
--	-------------

1. Introdução.....	1165
2. MERCOSUL	1165
2.1. Histórico: ALALC, ALADI e as negociações Argentina-Brasil.....	1165
2.2. Constituição e objetivo.....	1167
2.3. Natureza jurídica	1170
2.4. Princípios	1171
2.5. Principais tratados e fontes do Direito do MERCOSUL.....	1171
2.6. Estrutura e funcionamento	1172
2.6.1. Conselho do Mercado Comum (CMC)	1172
2.6.2. Grupo Mercado Comum (GMC)	1174
2.6.3. Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)	1174
2.6.4. Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM).....	1175
2.6.5. O Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)	1175
2.6.6. Foro Consultivo Econômico-Social e outros órgãos.....	1176

2.7. O comércio intrabloco: linhas gerais.....	1177
2.8. As negociações e os acordos comerciais envolvendo o MERCOSUL.....	1177
2.9. Principais normas em matéria social. A ideia de livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL.....	1178
2.10. Democracia e direitos humanos no MERCOSUL.....	1179
2.11. Solução de controvérsias. O Protocolo de Olivos. O Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.....	1181
2.11.1. Arbitragem no MERCOSUL.....	1187
2.12. Cooperação jurídica no MERCOSUL: o Protocolo de Las Leñas.....	1187
3. União Europeia.....	1191
3.1. Histórico.....	1191
3.2. Composição e adesão.....	1193
3.3. Estrutura institucional.....	1193
3.4. Funcionamento: principais políticas da União Europeia.....	1198
3.5. Principais normas no campo dos direitos humanos e em matéria social.....	1202
3.6. Retirada da União Europeia.....	1203
4. Quadros sinóticos adicionais.....	1205
BIBLIOGRAFIA.....	1209